DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

LARISSA FREITAS CASSIANO, nascida em 17/09/2014, cadastrada na rede de ensino municipal em 11/11/2016 sob o nº 4364951, representado por sua representante legal, Sr/. **LUCELIA FREITAS CASSIANO**, brasileira, solteira, **DESEMPREGADA**, RG/RNE nº 32429577-7, CPF/MF nº 298.707.768-84, domiciliada na Avenida da Solidariedade, 80 CEP 05273-230, telefones: (11)95779-7983, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 29 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

MARIA CLARA RIBEIRO VIANA, nascida em 01/12/2015, cadastrada na rede de ensino municipal em 25/02/2016 sob o nº 4207207, representado por seu/sua representante legal, Sr/. NICOLY RIBEIRO MARINHO, brasileiro/a, solteiro/a, **OPERADORA DE CAIXA**, RG/RNE nº 52316604-7, CPF/MF nº 476.620.128-08, domiciliado/a na Rua Luís Antunes Cardia, 30 A, Jardim Monte Alegre, CEP 05165-140, telefones: (11) 99155-6051, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 29 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

Thiago Aguiar Soares, nascido em 10/02/2016, cadastrado na rede de ensino municipal em 05/08/2016 sob o nº 4306121; representado por seu representante legal, Sra. **Marcia Maria Silva de Aguiar**, brasileiro/a, solteiro/a, chefe de área de limpeza, RG/RNE nº 56.019.477-8, CPF/MF nº 050.459.974-75, domiciliado na rua Turmalina Negra, 49, casa 2, Jardim Paulista, SP, CEP 02812-190, telefones: (11) 96694-3343 ou 97974-2347 ou 3972-9017, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 29 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

VINICIUS PINTO LOPES, nascido em 19/09/2016, cadastrado na rede de ensino municipal em 27/09/2016 sob o nº 4338670, representado por seu/sua representante legal, Sr/. **KATIA CRISTINA DA SILVA PINTO**, brasileira, solteira, PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL RG/RNE nº 25291039-4, CPF/MF nº 186696368-67, domiciliado/a na RUA ALMOFADA Nº 94 BLOCO B 15 APTO 32, CEP 05202-170, telefones: (11) 3919-4913 OU (11)96853-2145, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 29 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

EDGLEY CARVALHO MELO, nascido em 13/02/2016, cadastrado na rede de ensino municipal em 30/05/2016 sob o nº 4267534, representado por seu/sua representante legal, Sr/. **GLEYCE KELI DE CARVALHO**, brasileira, solteira, diarista, RG/RNE nº 39.688.581-0, CPF/MF nº 186696368-67, domiciliado/a na RUA Bahia, nº 9, casa 02, CEP 05273-200, telefones: (11) 971723752 OU (11) 980376922, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 30 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

GIULIA ALMEIDA, nascida em 09/11/2015, cadastrada na rede de ensino municipal em 23/02/2016 sob o nº 4204348, representada por sua representante legal, Sra. **SILMARA ARAUJO NASCIMENTO**, brasileira, solteira, **operadora de caixa**, RG/RNE nº 59617180-8, CPF/MF nº 57326775/85, domiciliada na Rua: Faisão, Nº44, casa 3 – Sítio Itaberaba II CEP 05270-200, telefones: (11) 3911-2755, (11) 96011-6725 e (11) 96729-4976 pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 30 de novembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

Yan Alves Magalhães, nascido em 19/12/2015, cadastrado na rede de ensino municipal em 05/04/2016 sob o nº4241060, representado por sua representante legal, Sr/. **TALITA MACEDO MAGALHÃES**, brasileira, solteira, **aux. administrativo**, RG/RNE nº49600137-1, CPF/MF nº363.682.978-59, domiciliado na Rua Campo Frio nº 54, CEP 05108-090, telefones: (11)98903-3260, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 30 de novembro de 2016

Marcelo Dayrell Vivas
Defensor Público do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

Lívia Conrado Salazar, nascida em 09/04/2016, cadastrada na rede de ensino municipal em 03/05/2016 sob o nº 4256118; representado por seu representante legal, Sra. **Manoela Soares Conrado Lima**, brasileiro/a, casado/a, monitora, RG/RNE nº 52.963.344-9, CPF/MF nº 020.246.115-75, domiciliado na rua Antônio Pires, 319, casa 3, Vila Albertina, SP, CEP 02730-000, telefones: (11) 96252-9081 ou 96242-3417, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 01 de dezembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

JONATHA GABRIEL ROCHA DOS SANTOS, nascido em 06/01/2016, cadastrado na rede de ensino municipal em 05/10/2016 sob o nº 4342625, representado por seu/sua representante legal, Sr/. **THAYS DOS SANTOS**, brasileira, solteira, **desempregada** RG/RNE nº 50190701-4, CPF/MF nº 479837168/85, domiciliado/a na Rua Xororó, 9, CEP 05210-090, telefones: (11)96991-6612, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 01 de dezembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO FORO REGIONAL DA LAPA DA COMARCA DE SÃO PAULO

Distribuição por dependência
Ação Civil Pública nº 0900760-15.2000.8.26.0004

ANDREY LORRAN RODRIGUES, nascido em 26/08/2016, cadastrado na rede de ensino municipal em 14/09/2016 sob o nº 4331048, representado por sua representante legal, Sra. **IVANICE MARIA RODRIGUES DAMACENO**, brasileira, solteira, **operadora de máquina**, RG/RNE nº 19159045-9, CPF/MF nº 116602468/73, domiciliada na Rua Lupe Gigliotti, Nº 82 - Conjunto Habitacional Turística, CEP 05164-095, telefone: (11)98926-2159, pela Defensoria Pública, requer sua **Habilitação** para execução de sentença proferida na Ação Civil Pública sobredita, nos termos que seguem:

Na ação civil pública em apreço, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, foi imposta ao Município de São Paulo a obrigação de disponibilizar o atendimento à demanda de vagas em creche e pré-escola na área de jurisdição do Foro Regional da Lapa, sob pena de multa diária no valor de três salários de referência. O acórdão, proferido pelo E. TJSP, já transitou em julgado, conforme os documentos anexos.

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Todavia, a demanda das famílias por creche ainda não foi plenamente atendida pelo Poder Público, e o exequente ainda aguarda a disponibilização da vaga.

Essa demora representa inquestionável violação de direitos, como já reconheceu a decisão judicial executada, em franco prejuízo ao desenvolvimento integral da criança.

Indubitável, portanto, que o/a exequente integra o grupo beneficiado pela sentença que tutelou direitos individuais homogêneos das crianças residentes na circunscrição deste Foro Regional da Lapa, não tendo ainda sido favorecidas pelo cumprimento do julgado, razão pela qual postula sejam individualizados os efeitos da decisão em seu favor.

Por todo o exposto, requer:

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1060/50;

b) A observância das prerrogativas legais da Defensoria Pública, especialmente quanto às intimações pessoais e contagem em dobro dos prazos processuais, na forma da Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 988/06;

c) a intimação do Ministério Público para intervir no feito, nos termos do artigo 82, inciso II, do Código de Processo Civil;

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

d) seja deferida esta habilitação, com a citação e a intimação do Município de São Paulo (avenida Liberdade, 103, São Paulo, SP, CEP 01503-000) para que inclua imediatamente a exequente em equipamento de educação infantil próximo de sua residência e compatível com as respectivas idades, sob pena de arcar com o pagamento de multa diária no valor de três salários.

Atribui à causa o valor de R$ 1.000,00

São Paulo, 01 de dezembro de 2016.

Fernanda Caccavali Macedo
Defensora Pública do Estado

Este documento foi protocolado em 07/12/2016 às 16:39, é cópia do original assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo e LUIS FERNANDO VILAS BOAS BONACHELA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33AE0BC.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO REGIONAL IV - LAPA
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Aurélia nº 650, 1º andar, Vila Romana - CEP 05046-000, Fone: (11) 3673-1577, São Paulo-SP - E-mail: lapainf@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº: *	**1016041-57.2016.8.26.0004 - Cumprimento de Sentença**
Exeqüente:	**Vinicius Pinto Lopes e outros**
Requerido(s)	**Prefeitura Municipal de São Paulo**
Infante(s)	**Vinicius Pinto Lopes e outros**

Segredo de Justiça

CONCLUSÃO
Em, **10 de dezembro de 2016**, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, Doutora **CARLA MONTESSO EBERLEIN.**
A Coordenadora, Inez Nogueira, matr. 805.270, subscr.

Vistos.

Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença proferida em Ação Civil Pública que condenou a Municipalidade de São Paulo a garantir vagas a crianças em creches e pré-escolas no âmbito da jurisdição deste Foro Regional da Lapa.

Com fundamento no artigo 509 do Novo Código de Processo Civil (2015), **cite-se** a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** a cumprir a obrigação fixada no acórdão transitado em julgado (inscrição das crianças listadas na inicial em creche ou pré-escola próximas de suas residências), no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena da incidência de multa diária fixada no acórdão (três salários mínimos de referência para cada criança não matriculada). O descumprimento poderá ainda implicar em sanção civil, penal e administrativa disposta no artigo 216 da Lei 8.069/90 e na tipificação da infração ao artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/92.

Int.

São Paulo, **10 de dezembro de 2016.**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento foi liberado nos autos em 12/12/2016 às 14:28, por João Carlos Rodrigues Franco De Carvalho, é cópia do original assinado digitalmente por CARLA MONTESSO EBERLEIN.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 33DD391.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL IV - LAPA
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - RUA AURÉLIA Nº 650, São Paulo-SP - CEP 05046-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DESPACHO

Processo Digital nº:	**1016041-57.2016.8.26.0004**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de Sentença - Vaga em creche**
Exeqüente:	**Vinicius Pinto Lopes e outros**
Executado:	**Prefeitura Municipal de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em, **14 de fevereiro de 2017**, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, Doutora **CARLA MONTESSO EBERLEIN.**
A Coordenadora, Inez Nogueira, matr. 805.270, subscr.

Vistos.

Manifestem-se os requerentes acerca do pedido de extinção formulado pela Municipalidade de São Paulo. Prazo: cinco dias.

Decorrido o prazo *in albis*, torne-se conclusos para extinção do feito.

Int.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento foi liberado nos autos em 14/02/2017 às 12:56, é cópia do original assinado digitalmente por CARLA MONTESSO EBERLEIN.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 36FEFAF.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Aurélia nº 650, 1º andar, Vila Romana - CEP 05046-000, Fone: (11) 3673-1577, São Paulo-SP - E-mail: lapainf@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1016041-57.2016.8.26.0004 - Cumprimento de Sentença**
Exeqüente: **Vinicius Pinto Lopes e outros**
Executado: **Prefeitura Municipal de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em, 2 de março de 2017, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, Doutora **CARLA MONTESSO EBERLEIN.**
A Coordenadora, Inez Nogueira, matr. 805.270, subscr.

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença ajuizado pela Defensoria Pública em favor das crianças listadas na inicial, com o objetivo de compelir a Prefeitura do Município de São Paulo a fornecer vaga em estabelecimento de educação infantil da rede pública próximo à residência dos infantes.

Liminar concedida a fls. 92.

A Municipalidade de São Paulo requer a extinção do feito, sob a alegação de que cumpriu integralmente a obrigação – fls. 102.

A Defensoria Pública anui ao pedido de extinção, confirmando a efetivação das matrículas almejadas – fls. 132.

RELATADOS. DECIDO.

Cuida-se de habilitação para cumprimento de sentença proferida na ação pública nº 004.00.900.760-5.

A farta documentação colacionada aos autos, aliada à concordância das partes autorizam a extinção do feito.

Este documento foi liberado nos autos em 02/03/2017 às 18:25, é cópia do original assinado digitalmente por CARLA MONTESSO EBERLEIN.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 382DFEA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Aurélia nº 650, 1º andar, Vila Romana - CEP 05046-000, Fone: (11) 3673-1577, São Paulo-SP - E-mail: lapainf@tjsp.jus.br

Isto posto, **JULGO EXTINTO O FEITO**, com fulcro no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Isento de custas na forma do artigo 141, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ciência ao Ministério Público.

Oportunamente, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

P.R.I.

São Paulo, 2 de março de 2017.

Carla Montesso Eberlein
Juíza de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento foi liberado nos autos em 02/03/2017 às 18:25, é cópia do original assinado digitalmente por CARLA MONTESSO EBERLEIN.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1016041-57.2016.8.26.0004 e código 382DFEA.